

**POR UMA CRÍTICA METODOLÓGICA À DEPENDÊNCIA CIENTÍFICA:
CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA**

**POR UNA CRÍTICA METODOLÓGICA A LA DEPENDENCIA CIENTÍFICA: APORTES
DE CLÓVIS MOURA**

**FOR A METHODOLOGICAL CRITIQUE OF SCIENTIFIC DEPENDENCE:
CONTRIBUTIONS FROM CLÓVIS MOURA**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.65514>

Gustavo de Aguiar Campos¹

Resumo: Clóvis Moura produziu suas interpretações sobre o Brasil conjugando análise histórico-estrutural à leitura crítica das análises que o precedem no âmbito do Pensamento Social Brasileiro. Posto isso, nosso objetivo neste artigo é recuperar a sua fortuna crítica através de uma revisão narrativa dos apontamentos teóricos-epistemológicos e metodológicos à tradição de pensadores sociais da região. Para isso, o artigo se divide em dois eixos: análise biobibliográfica do lugar de Moura no giro crítico do Pensamento Social Brasileiro; e a crítica às ciências sociais brasileiras e sua forma de interpretação do real. Com isso, identificamos a crítica tecida pelo autor ao caráter ideológico e dependente do Pensamento Social Brasileiro.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Pensamento Social Brasileiro. Dependência. Ciência. Método.

Resumen: Clóvis Moura desarrolló sus interpretaciones sobre Brasil combinando un análisis histórico-estructural con una lectura crítica de los análisis que lo precedieron en el marco del Pensamiento Social Brasileño. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es recuperar su legado crítico a través de una revisión narrativa de sus aportes teórico-epistemológicos y metodológicos a la tradición de pensadores sociales de la región. Para ello, el artículo se divide en dos ejes principales: un análisis biobibliográfico del lugar de Moura en el giro crítico del Pensamiento Social Brasileño; y una crítica a las ciencias sociales brasileñas y su forma de interpretar la realidad. Con esto, identificamos la crítica elaborada por el autor sobre el carácter ideológico y dependiente del Pensamiento Social Brasileño.

Palabras clave: Clóvis Moura. Pensamiento Social Brasileño. Dependencia. Ciencia. Método.

Abstract: Clóvis Moura developed his interpretations of Brazil by combining a historical-structural analysis with a critical reading of the analyses that preceded him within the framework of Brazilian Social Thought. Therefore, the objective of this article is to recover his critical legacy through a narrative review of his theoretical-epistemological and methodological contributions to the tradition of social thinkers in the region. To this end, the article is divided into two main axes: a biobibliographical analysis of Moura's place in the critical turn of Brazilian Social Thought; and a critique of Brazilian social sciences and their approach to interpreting reality. In doing so, we identify the critique articulated by the author regarding the ideological and dependent nature of Brazilian Social Thought.

Keywords: Clóvis Moura. Brazilian Social Thought. Dependency. Science. Method.

Introdução

Conjunturas críticas, como diz Gildo Brandão (2005), aguçam o interesse de retomada dos(as) intérpretes do Brasil. Em maior ou menor medida, volta-se às diferentes interpretações sobre a realidade com vistas a melhor compreender o passado e suas relações com o presente e com o futuro. É diante do cenário de maximização das contradições do capital, particularmente do racismo e da ampliação das expressões da “questão social”, que acompanhamos o incremento de agendas de pesquisa em torno da obra de Clóvis Moura.

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) foi um pensador social brasileiro que, nas palavras de Dennis de Oliveira, “ainda tem muito a nos dizer” (2019, p. 13). Diferentes pesquisadores(as) têm atentado para o fato de que o pensamento mouriano ainda é pouco conhecido (Farias, 2019, 2021, 2022; Mesquita, 2003; Nogueira, 2022; Oliveira, 2019; Rocha, 2021; Vieira, 2019) embora seja, na classificação de Ianni (2000), um dos novos pensadores sociais brasileiros pelas suas contribuições analíticas originais.

Nessa retomada, considerando que o conjunto da obra do autor piauiense volta-se à compreensão das relações entre classe e raça no país, particularmente a partir da participação da população negra na dinamização do escravismo até a conformação do capitalismo dependente, não é curioso que os olhares dos(as) intérpretes do pensamento mouriano voltem-se à essa questão. Outros pontos que transversalizam sua obra ainda carecem de maior atenção.

Entre tais pontos, destaca Márcio Farias (2019, p. 14) que “questões de método, procedimentos de pesquisa, análise de conteúdos, debates epistemológicos e históricos presentes no legado teórico de Moura, ainda não estão suficientemente investigados”. Tais *questões de método*, nos parece, são fundamentais não somente para a retomada do autor, mas principalmente para o aprendizado, a partir de suas contribuições, de como analisar a sociedade em que vivemos na sua dinamicidade histórico-concreta. Como ressalta Fábio de Oliveira (2009), a sociologia da práxis, como crítica à sociologia acadêmica, faz parte do núcleo da obra mouriana e é nessa constituição que podemos apontar parte de tais questões de método.

É apostando na importância das questões de método presentes na obra mouriana que esse artigo busca recuperá-las. Por isso objetivamos recompor, a partir de sua obra, os apontamentos teóricos-epistemológicos e metodológicos ao Pensamento Social Brasileiro (PSB). Como apresentaremos à frente, Clóvis Moura não teve como foco de sua produção intelectual um estudo sistemático acerca do método no âmbito do PSB, mas em sua fortuna crítica teceu considerações que entendemos como fundamentais à análise da formação social brasileira e, mais ainda, à práxis radical com vistas à transformação da realidade - e note-se, como veremos, que esse é um elemento importante inclusive para a compreensão da obra mouriana.

Para isso foi realizada uma revisão narrativa, que conforme apresenta Edna Rother, busca construir uma síntese qualitativa pela análise crítica, mas não sistemática, em que se intenta “descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (2007, p. 5).

Foram analisados, dessa forma, os livros: “Rebeliões da senzala” (1959/1981); “Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha” (1964); “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (1977/2021); “A sociologia posta em questão” (1978); “Os quilombos e a rebelião negra” (1981/2022); “Brasil: raízes do protesto negro” (1983); “Sociologia do negro brasileiro” (1988/2019); “As injustiças de Clóvis: o negro na historiografia brasileira” (1990); e “Dialética radical do Brasil negro” (1994/2021). Além de nos debruçarmos sobre as principais obras do autor, foram consultados comentadores(as), para uma melhor apreensão dos contextos e atravessamentos de sua produção.

O artigo se divide em dois eixos analíticos principais. Em um primeiro momento discutimos o lugar de Clóvis Moura como intérprete do Brasil. Considerando que para a melhor leitura de um autor é necessário compreender o contexto de sua produção e o que e a quem ela se dirige, remontamos algumas questões de método do PSB e, a partir de comentadores(as) da obra mouriana, buscamos sintetizar aspectos biobibliográficos do pensador piauiense necessários à sua recuperação crítica. Nossa hipótese, nessa seara, é que Moura integra um giro crítico no PSB.

Em seguida, buscamos recuperar, na produção mouriana, a crítica ao PSB e seu “traumatismo de nascimento” (Moura, 1988/2019, p. 60). Tomando como base as diferentes interpretações acerca da integração mouriana ao conjunto dos(as) intérpretes do Brasil (Oliveira, 2009; Mesquita, 2003), que serão melhor exploradas posteriormente, nossa intenção é retomar as críticas presentes no autor ao PSB para, com base nessa crítica, elencar proposições teórico-metodológicas, no sentido de um *que fazer* científico.

Clóvis Moura, (novo) intérprete do Brasil

O Brasil “é um país que se pensa contínua e periodicamente” diz Octavio Ianni (2000, p. 55) em um estudo que discute as tendências do pensamento brasileiro. Se “se pensa” de maneira contínua, significa, portanto, que existem diferentes - e divergentes - pensamentos do e sobre o país porque um único pensamento não foi suficiente para pensá-lo. A afirmação de Ianni pode nos levar a diversas questões, mormente relacionadas ao porquê se pensa tanto o Brasil e como se pensa o Brasil.

Os diferentes pensamentos, como um museu continuamente atualizado de autorretratos, é, ao que nos parece, o “Pensamento Social Brasileiro”. Nos aproximamos, assim, de uma das definições de PSB apresentadas por João Maia (2009, p. 156): a da “imaginação teórica” do “ensaísmo nacional”. Em outros termos, PSB como pensamento de fato sobre o Brasil e suas questões. Outra definição de PSB manejada pelo mesmo autor é de “área de estudos” das ciências sociais academicamente institucionalizadas (Maia, 2009, p. 156). Ou seja, PSB pode significar por um lado o pensamento sobre o Brasil e, por outro, o pensamento sobre o pensamento do Brasil. Nos parece correto afirmar que Clóvis Moura foi, por isso, um pensador social brasileiro e, ao mesmo tempo, um pensador do PSB e é nesse “duplo” lugar que desenvolveu suas interpretações.

O que se delineou ao longo de décadas como PSB engloba uma série de tendências e linhagens de interpretação sobre a formação social brasileira. São diferentes interpretações, com diferentes matrizes teóricas e projetos políticos ancorados em diferentes metodologias e fundamentos ontoepistemológicos.

Nos importa aqui, nesta breve contextualização da obra mouriana, que às diferentes tendências do PSB, na sua heterogeneidade, são impostos dois desafios fundantes e que se relacionam mutuamente, quais sejam: (1) a não consolidação como teoria social porque produzido na periferia capitalista, às margens da produção intelectual europeia e estadunidense e; (2) a vinculação teórica à produção intelectual dessas regiões. Diante desses desafios, temos muitas vezes um PSB que se expressa no mimetismo teórico com a produção intelectual dos países centrais-hegemônicos, com tentativas de reproduzir esquemas interpretativos e conclusões que se afastam da realidade concreta para se aproximar de suas filiações teóricas (Ianni, 2000, Pinto 2020).

Esse parece ser um nó górdio do PSB diante do nosso autorretrato refletido em um espelho colonial que se reatualiza na dependência. Não somente do pensamento brasileiro, como apontam Rodolfo Stavenhagen (2014) e Maia (2009), mas do pensamento social que se origina e pensa a periferia capitalista. Nessas regiões periferizadas do mundo é comum que se pinte o autorretrato nos moldes centrais-hegemônicos, muitas vezes como uma falta, um atraso ou um devir - ou como uma ideia de “lamento” (Maia, 2019, p. 161)².

Queremos dizer com isso que parte considerável e fundante do Pensamento Social Brasileiro olhou para o Brasil e suas “questões” nos moldes do pensamento social europeu e norte-americano, buscando fundir nossa “realidade rebelde”, como diz Marini (2005, p. 137), às interpretações e conclusões extraídas de outras realidades.

Dessa forma, uma série de críticas já foram feitas e, inclusive, originaram novos grupos e escolas, como os Estudos Subalternos e os Estudos Decoloniais, que têm ganhado proeminência (Maia, 2019; Miglievich, 2016). São diferentes formas de crítica ao eurocentrismo em sua expressão teórica, ou seja, a tentativa de tomar uma realidade particular como universal que deforma a realidade realmente existente (Amin, 2021).

Constitui-se, em nossa hipótese, um giro crítico que ganha maior propulsão na segunda metade do século XX³, momento no qual “a fabulação teórica nessas geografias não-centrais implicava, no mínimo, uma recepção crítica de autores e categorias produzidas na literatura europeia” (Maia, 2019, p. 157). Tal giro não é uníssono, mas expressa um movimento de crítica teórica com potencial explicativo das formações sociais.

Se estivermos corretos em nossa análise biobibliográfica, é nesse contexto de um giro crítico do Pensamento Social Brasileiro que a obra mouriana se insere e, em alguma medida, é precursora. Traços desse giro, no autor, podem ser identificados já ao início de sua produção, com “Rebeliões da Senzala”, de 1959, justamente no período de início do movimento de crítica ao mimetismo teórico. Buscaremos então explicitar alguns dos fundamentos de tal argumento.

Como aponta Oliveira (2009), Clóvis Moura fez uma dupla ruptura epistemológica. Para o autor, a obra mouriana rompe, na análise sobre a população negra na formação social brasileira, com a escola “culturalista” e com parcela da tradição marxista da sua época. A segunda ruptura, nesse momento, é a que nos interessa para situá-lo no giro crítico das interpretações sobre o Brasil.

Moura teve sua trajetória enquanto pensador marcada pela participação política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde se debruçou sobre a teoria social marxiana e a tradição marxista, formando o “subsídio teórico que foi alicerce de seus estudos” sem nenhuma “ruptura do intelectual com seu alinhamento a propostas teóricas marxistas” (Farias, 2019, p. 17). Entretanto, como apontam Érika Mesquita (2003) e Farias (2019), a participação do nosso autor nos quadros do Partido - que depois irá se desligar - não o subsumiu às interpretações oficiais do mesmo.

Por isso, compreendemos aqui uma das questões do giro crítico presentes na obra mouriana: o giro desde o marxismo e em relação a ele no que é de mais frutífero - o método⁴. É a presença, na obra do autor, de expressão do giro crítico que a tradição marxista latino-americana vive a partir da década de 1960, se seguimos a análise de Michael Löwy (2016). Para Löwy é nesse período, após a hegemonia do materialismo vulgar e economicista do stalinismo, que haverá uma maior abertura para uma leitura, ainda ancorada na teoria social marxiana, das particularidades do desenvolvimento histórico-concreto do Brasil e da América Latina como um todo. Questão essa presente na publicação de 1959 e desenvolvida ao longo de sua obra.

Portanto, um primeiro eixo para a compreensão das questões de método no pensamento mouriano é sua vinculação com o marxismo. Se, por um lado, Moura, ao longo de sua produção, faz a crítica ao marxismo vulgar - no qual há, nos fazendo da expressão de Leandro Konder (1989), a derrota da dialética - por outro, Moura continua sua trajetória ancorada na ortodoxia ao materialismo histórico-dialético, se afastando de leituras culturalistas e subjetivistas. Trata-se da outra ruptura apontada por Oliveira (2009).

No debate que Moura desenvolve, ao longo de sua obra, sobre a situação social do negro no Brasil, confronta-se com o que ele chama de “insuficiência de conceitos comumente manipulados por alguns antropólogos brasileiros” (Moura, 2019, p. 59). O olhar culturalista das relações entre pessoas negras e brancas no Brasil, para o autor, deve ser precedido da análise da “estrutura social”, ou seja, “situar o modo de produção no qual eles [os contatos entre negros e brancos] se realizam” (Moura, 2019, p. 59).

Continuando sua análise, Moura aponta que tais estudos culturalistas⁵ - particularmente sobre o sincretismo - “partem de um critério subjetivista, eurocêntrico (algumas vezes paternalista e/ou romântico), por não considerarem as contradições sociais” (2019, p. 67). Isto é, as interpretações culturalistas, em suma, não apreenderam a realidade, marcada pelo conflito e luta de classes, portanto não são, para o autor, perspectivas científicas de compreensão da formação social brasileira.

A ruptura apontada por Oliveira não significa a não observância de Clóvis Moura à cultura, mas o contrário. Para Oliveira, Moura “*politiza* a cultura” (2009, p. 126) ao inseri-la na dinâmica histórico-concreta da luta de classes no Brasil. Nesse sentido, volta-se à ideia do “negro como sujeito político” (Farias, 2019, p. 61). Esse giro crítico de interpretação da participação social do negro, não mais somente como objeto do processo de formação social, tampouco somente pela análise cultural, é, portanto, marca

importante do pensamento mouriano e vai influenciar toda a historiografia brasileira sobre a escravidão e sobre o negro no país (Farias, 2019).

A centralidade da análise da “estrutura social” (Moura, 2019, p. 59), ao que nos parece, também diferencia o pensamento mouriano de outras perspectivas que surgem contemporaneamente a ele. A partir do final da década de 1960, com o desenrolar da crise estrutural do capitalismo e a queda do stalinismo, inicia-se o que Fernando Lacerda Jr. chama de “agonia do marxismo” (2010, p. 290) como perspectiva ideológica de interpretação e transformação da realidade, dando lugar a perspectivas pós-estruturalistas.

Trata-se, nesse âmbito, do surgimento de uma nova onda de estudos “que buscavam abordar as questões culturais que, supostamente, o marxismo não estudou” (Lacerda Júnior, 2010, p. 316), atribuindo a “identidade como elemento central explicativo dos conflitos sociais” (Oliveira, 2021, p. 51). Embora produzindo no momento de efervescência histórica dessa perspectiva, o pensamento mouriano, em nossa hipótese - que ainda carece de investigação aprofundada, o que não é nosso interesse neste momento - não rompe com a “perspectiva da totalidade” apontada por Oliveira (2021, p. 147). Ou seja, mesmo que uma das expressões proeminentes do giro crítico seja o desenvolvimento do pós-estruturalismo, o caráter precursor do pensamento mouriano, ao que nos parece, não se alinha a esses.

Para prosseguirmos em nossa análise do pensamento mouriano e suas contribuições acerca das questões de método, o plano de fundo (ou seja, o contexto histórico-concreto) de sua produção é a compreensão que o autor buscou analisar, mesmo que com dificuldades e incongruências, a realidade brasileira e latino-americana. Entretanto, essa análise não sucumbiu ao particularismo de nossa formação social. Embora crítico do mimetismo teórico, Moura não desprezava as contribuições analíticas também dos países centrais, sobretudo aquelas vinculadas à tradição marxista. É na filiação teórica ao marxismo, ao contrário, que Moura contribuirá à apreensão da formação social brasileira. Trata-se, para nós, de um autor, entre tantos(as), que operou um marxismo vivo, ortodoxo ao método.

O “traumatismo de nascimento” e a “ciência de analogias” no Pensamento Social Brasileiro

Como buscamos delinear até o momento, as contribuições metodológicas de Moura são, em grande medida, sustentadas pela sua leitura da tradição marxiana e marxista. Nesse sentido, entendemos que a sua produção se confronta, no melhor sentido acadêmico-científico, com outras produções contemporâneas ou antecessoras à dele, apontando seus limites e suas propostas analíticas e interpretativas diante desses limites. É, portanto, na dimensão de crítica que identificamos as contribuições mourianas ao método.

Tais contribuições se delineiam sobretudo a partir da revisão que Moura faz da participação da população negra na sociedade brasileira. Já na introdução que o autor apresenta à segunda edição de “Rebeliões da Senzala” (1959/1981), publicada em 1972, traz alguns pontos desse elemento de crítica que nos parece importante analisar. Moura aponta que quando iniciou as pesquisas para a produção

original do texto, ao fim da década de 1940, encontrava diante de si “uma série de *barreiras históricas*” (Moura, 1981, p. 13), dentre elas o consenso acerca da suposta passividade da população negra.

Seus antecessores e contemporâneos tinham elegido a “acomodação” como categoria sociológica porque “ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes da nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história” (Moura, 1981, p. 13). Trata-se, em outros termos, da inversão metodológica, pondo suas análises abstratas à frente da leitura histórico-concreta, seja por opção deliberada, seja pela dificuldade de acesso aos dados primários de investigação. Diante disso o autor piauiense aponta que é “preciso que haja um como acostumar-se à penumbra que existe para podermos ver melhor” (Moura, 1981, p. 13).

Essa penumbra, desenvolvida metaforicamente, é a escamoteação da realidade histórico-concreta da formação social brasileira. Quer dizer, as contradições próprias de uma sociedade colonial dinamizada pela escravização e posteriormente dependente, se apresentam cientificamente como uma penumbra, uma não-contradição e uma história linear que Moura, em diferentes obras, busca retirar o véu.

O autor retoma, posteriormente, a denúncia desse tipo de escamoteação, muitas vezes deliberada, dos aspectos contraditórios de nossa formação social. Demonstrando como as ciências sociais cumpriram uma função social e se transformaram em ideologia⁶, Moura ressalta o apagamento da rebelião negra como conformadora de uma sociedade harmônica, de uma “história apologética” (1981, p. 16) ou um verdadeiro “amontoado apologético de datas e atos” (1981, p. 19).

É diante dessa crítica, buscando apreender a dinâmica histórico-concreta de desenvolvimento da sociedade brasileira, que Moura escreve seu primeiro livro e o reedita posteriormente, já com acesso a mais dados primários e secundários (Souza, 2013). O autor começa a delinear, assim, sua crítica ao caráter ideológico das ciências sociais quando tratam da participação da população negra sem, contudo, aprofundar as determinações sociais desse caráter, o que será melhor apreendido em outras obras.

Cinco anos depois da publicação de “Rebeliões da Senzala” é lançado “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha” (1964). Com esses dois livros, para Oliveira (2009, p. 17), Moura fez sua “tomada de posição” frente à “institucionalização das ciências sociais”. Na publicação de 1964 podemos visualizar de maneira mais sistemática algumas das questões que antes estavam tangenciadas. Diz o autor, ainda ao início da obra:

a Sociologia acadêmica, como dissemos, especialmente nos países subdesenvolvidos, constitui-se num corpo teórico usado por êsses sociólogos com o objetivo de *escamotear a mudança social e defender a estrutura da sociedade capitalista*, negando, inclusive, a existência de leis objetivas na sociedade (Moura, 1964, p. 11, grifos nossos).

Ao analisar a *intelligentsia* do Brasil, Moura está apontando a “deformação apologética” (1964, p. 8) que parcela das ciências sociais no país conformaram em sua leitura da nossa realidade. Tal deformação, nesse momento, é analisada pelo caráter de classe da Sociologia acadêmica e traz, em seus termos, uma “alienação da realidade social” (p. 9) apoiada “em teorias, hipóteses, métodos e mestres, em

um cabedal de conhecimentos que não [a] ajudava a desvendar os véus que cobriam as soluções dos problemas brasileiros” (p. 10).

A questão em tela parece ser o caráter mimético de parcela das ciências sociais e seu apego aos particularismos e às aspirações microsociológicas que não buscam desvelar as determinações sociais da nossa formação. Prossegue o autor:

dentro do caudal composto pelos interesses da intelectualidade que desejava compreender os problemas estruturais da sociedade brasileira, as escolas, teorias, métodos e princípios se confundiam, entremesclavam-se e muitas vezes se combatiam. Faltava, ainda, como aliás ainda falta até hoje à maioria da nossa *intelligentsia*, uma visão que refletisse o nosso ser e não fôsse apenas transbordamento ideológico das metrópoles nos países de economia periférica. O conhecimento da problemática nacional, mesmo dentro dos quadros da intelectualidade burguesa, estava empanado por um reflexo não apenas intelectual, mas estrutural, isto é, econômico, político e ideológico, que a nossa situação colonial absorvia sem filtrar (Moura, 1964, p. 15).

Nesse momento de sua produção, portanto, podemos vislumbrar de maneira mais sistematizada a crítica às ciências sociais que se inicia em “Rebeliões da Senzala”. É, em suma, a crítica ao caráter conciliatório e apaziguador das contradições sociais que emergiam nessa *intelligentsia* que transplantava “idéias, teorias, hipóteses e argumentos de uma sociedade para a outra” (Moura, 1964, p. 15). E nesse fito traz à luz a problemática central do transplantar teórico: “essas *influências* são, portanto, concordâncias, vínculos ideológicos que ligam a cartilagem dos interesses materiais das metrópoles à subserviência da intelectualidade *alienada* dos países subdesenvolvidos” (Moura, 1964, p. 17).

Até aqui, portanto, visualizamos no desenvolvimento teórico de Moura uma maior aproximação das determinações econômico-políticas da ciência e, de maneira particular, dos métodos de apreensão da realidade. A crítica central está posta, nesse interregno, na questão dos vínculos entre o pensamento social do país e as escolas de pensamento europeias. Em “O negro: de bom escravo a mau cidadão?”, publicado originalmente em 1977, o caráter dessa crítica metodológica se desenvolve, ainda que sem rompimento com as publicações anteriores.

Nessa publicação Moura parece já qualificar o caráter desse pensamento social que se constrói na mimetização do pensamento social de outras regiões não somente em seu sentido negativo-receptor, mas positivo-produtor ao denominá-lo como “ciências sociais’ colonizadoras” (1977/2021, p. 118). Ainda que de maneira esparsa, nessa obra o autor sintetiza uma série de propostas metodológicas para o estudo da formação social brasileira e, particularmente, para o estudo das relações raciais no país. Nesse momento, em que enfocamos suas críticas teórico-metodológicas, o que nos parece importante é a compreensão do que Moura aponta como “explicações analógicas” (1977/2021, p. 268) das relações sociais.

A questão de uma *ciência de analogias* está no bojo da discussão mouriana sobre a relação entre o que é de caráter cultural e o que é de caráter social. Nesse momento, em que a ideia de analogias aparece, Moura está dialogando com os estudos de matriz culturalista da questão racial. Trata-se, para o autor, de um “método meramente comparativo [...] [que] leva o pesquisador, inevitável e inconscientemente, a criar

uma nova escolástica, onde tudo se ajusta por analogia” (Moura, 1977/2021, p. 268). À essa perspectiva, propõe uma inversão de cariz materialista histórico-dialético:

o estudioso deverá ter a máxima cautela para não determinar antecipadamente onde se pode enquadrar um grupo ou segmento [...]. O cientista social terá de laborar com a realidade concreta, com os fatos objetivos, desprezando, inicialmente, as interpretações acadêmicas e as facilidades culturalistas de que estará possivelmente impregnado. [...]. O cientista social deverá fazer um esforço muito grande para não iniciar o seu trabalho pelas conclusões ou aceitar simples analogias aparentes como a própria essência e o nexos causal do caso em estudo (Moura, 1977/2021, p. 278).

O trecho supracitado nos permite visualizar como o autor trabalha sua crítica propositiva para o desenvolvimento científico e, por isso, para o desenvolvimento social – para utilizarmos a compreensão, embora um tanto rasa, empregada por ele anteriormente (Moura, 1964). Aqui vemos o que Moura está de fato entendendo como analogia: o “encaixar” da realidade aos pressupostos teóricos e, paralelamente, o “encaixar” da realidade estudada a outras realidades.

No mesmo ano da publicação de “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” no Brasil, é publicado no México o livro “*Sociología de la praxis*” (1977), traduzido ao português em 1978 com o título “A sociologia posta em questão”. Nesse livro são tecidas críticas ao que é chamado de Sociologia acadêmica e seus fundamentos teóricos e ideológicos.

Ao pensar a Sociologia acadêmica brasileira, o autor a coloca como duplamente alienada. Por um lado, porque pressuposta em teorias que não dizem da realidade e, por outro, pela sua forma de produção com investimento e controle imperialista. Aqui, além da subordinação ideológica com a reprodução teórica, está posta também uma subordinação formal. Em suas palavras, essa subordinação “se inicia com a própria assimilação das categorias teóricas importadas e continua na sua aplicação prática e nos condicionamentos materiais para a execução dos seus projetos” (Moura, 1978, p. 17).

Isso se expressa de diferentes formas, seja pelo financiamento direto de pesquisas, seja pelas pesquisas desenvolvidas com os chamados “grupos primitivos” que chegavam à conclusão que sua preservação e/ou integração “devia ser feita cautelosamente, através de planos criados por instituições das metrópoles colonizadoras” (1978, p. 47). Segue o autor:

as diversas alternativas metodológicas que as ciências sociais acadêmicas apresentam para os problemas globais, sua diversificação que vai do empirismo às soluções culturalistas e irracionais, guardam, portanto, relação de *subordinação com o regime do qual são uma constelação ideológica atuante*. É evidente que não se trata de um reflexo mecânico e simplista, mas os seus modelos fundamentais são uma consequência do acervo de idéias que as classes dominantes sedimentaram e desenvolveram para dar cobertura, lastrear ideologicamente o regime (Moura, 1978, p. 53, grifos nossos).

Nesse ponto, Moura está trabalhando diretamente com a postulação marxiana empreendida em “A ideologia alemã” (1846/2007) de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (Marx; Engels, 1846/2007, p. 47). Para o autor, trata-se de compreender como a Sociologia acadêmica é uma expressão do modo de produção capitalista e, nesse diapasão, transforma-se em ideologia da classe dominante.

Moura identifica expressões dessa dupla alienação da Sociologia acadêmica nas teorias desenvolvimentistas e na sociologia política. Ambas, para o autor, partem da premissa da possibilidade da superação da atual situação do capitalismo e suas contradições no país sem rompimento com a ordem social, apenas a reformando. Continua Moura:

o reformismo, nas suas diversas gradações, no momento em que o capitalismo monopolista entra em processo de dilaceramento final, é, portanto, uma teoria anticientífica: não passa da utopia conservadora que supõe eterno o modo capitalista de produção. No campo da práxis política, o reformismo tem, no momento atual, aparecido de formas diversas, mas com a mesma essência: manter o status quo e impedir o avanço das forças sociais que, por imposição da sua própria situação na estrutura capitalista querem uma reformulação no atual sistema de estratificação social (Moura, 1978, p. 117).

Em suma, ao longo do livro que agora analisamos, o caráter duplamente alienado das ciências sociais acadêmicas na periferia do mundo retoma o nível de determinação já esboçado anteriormente em “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha” (1964). Trata-se, para o autor, de alienação que faz dessas ciências anticientíficas porquê baseadas em métodos, hipóteses e teorias subsumidos ao interesse classista de manutenção do modo de produção capitalista. Aqui entendemos, portanto, a proposta da sociologia da práxis. Em nossa hipótese, trata-se de um acúmulo, já desde “Rebeliões da Senzala” (1959), de como se delinea o estudo das movimentações políticas que questionam a sociedade vigente – do período escravista ao capitalismo monopolista.

Seguindo nossa apreensão, até o momento cronológica, passamos a analisar agora o livro “Os quilombos e a rebelião negra” (1981). Nossa análise, acerca dessa publicação, é que se trata de uma aplicação do método que embasa a sociologia da práxis, sistematizado poucos anos antes em “A sociologia posta em questão”. Isso porque a análise mouriana, na publicação de 1981, centra-se em compreender o papel dos(as) quilombolas como sujeitos coletivos ativos na dinamização da sociedade e no enfrentamento à escravidão e colonização. Trata-se de recuperar analiticamente, portanto, a práxis como motor da história.

No conjunto do texto, pelo seu objetivo, não são expostas tantas análises no que tange à crítica metodológica, embora essa questão apareça ainda nas primeiras páginas da introdução, na forma de crítica à historiografia que ignora o “papel do escravo como participante do processo contraditório de lutas e reajustas que caracterizou o sistema escravista” (Moura, 1981/2022, p. 20). Segue o autor apontando que tal esquema interpretativo é assim formulado, tendo em vista a necessidade de se estabelecer a “harmonia do modelo metodológico” (Moura, 1981/2022, p. 20).

A determinação em tela, para Moura (1981/2022), é não outra coisa senão o caráter racista de tal historiografia que apreende a população escravizada apenas como coisa, mercadoria da sociedade escravista. Trata-se, para ele, da “ideologia do colonizador” (1981/2022, p. 22) assimilada pelas classes dominantes – inclusive no bojo científico.

Tal questão do caráter racista da historiografia, expressa nos métodos, hipóteses e teorias acerca da escravidão e da população negra no Brasil ganha destaque analítico alguns anos depois, com a

publicação de “Brasil: raízes do protesto negro” (1983). Nessa obra, Moura discute que a suposta passividade da população negra, desde o processo de escravização, é ideologia que justifica seu lugar social no capitalismo dependente brasileiro.

A publicação, que é lançada em um momento de efervescência das críticas à suposição de democracia racial no país, engloba a análise de que, por diferentes vias e em diferentes momentos histórico-concretos, a ciência serviu como justificadora do processo de discriminação contra o negro. Aponta Moura (1983, p. 13) que é a “ciência que no passado o colocava como inferior por questões biológicas e agora apresenta outras *razões* para justificar por que ele foi marginalizado”. Segue ele:

a sociedade de modelo capitalista dependente que substituiu a de escravismo colonial consegue apresentar o problema do negro no Brasil sem ligá-lo ou ligando-o insatisfatoriamente às suas *raízes históricas*, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista (Moura, 1983, p. 28-29, grifos nossos).

A questão das “raízes históricas”, para seguir utilizando a expressão mouriana, são fundamentais para a compreensão histórico-concreta da situação da população negra na sociedade brasileira. Trata-se de um fundamento metodológico ancorado no materialismo histórico-dialético que é, aliás, crítico à parte da tradição marxista “de cátedra” que partindo “da ideia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de *imaginação sociológica* ao tratarem do problema do negro” (Moura, 1983, p. 29).

Essa questão continua em destaque no diálogo que estabelece com o historiador Thomas Skidmore. O autor piauiense, buscando enfatizar a ideologia do branqueamento das elites no país, expressa o papel ideológico fundamental do PSB para justificar, ao fim da escravização, a escolha pelos imigrantes brancos na composição da força de trabalho livre. Era necessário, para Moura (1983, p. 42), “uma racionalização para justificar-se aquela preferência”, o que fez dos pensamentos da elite intelectual os “elementos respaldadores dos mecanismos reguladores dos interesses das classes dominantes”. Segue o autor:

este “sonho de branqueamento” criado pelas elites intelectuais tem uma função social bem delimitada: serve como ideologia dos estratos deliberantes de uma nacionalidade que precisa manter aquelas grandes camadas marginalizadas por um processo secular de sujeição, nos mesmos estratos onde se encontram, sem perspectivas de uma reformulação do seu posicionamento na estrutura de classes dessa sociedade (Moura, 1983, p. 45).

Nesse sentido, há uma relação dialética em que a ideologia racista é constitutiva do PSB e, ao mesmo tempo, o PSB é constitutivo da ideologia racista e de branqueamento na sociedade brasileira. Isso se expressa, para Moura (1983), inclusive nos estudos já “sensibilizados” com a questão racial no país, que confundiam, deliberadamente ou não, a imagem do negro com a de escravizado. Assim, parte das tendências dos estudos acerca das questões raciais limitava-se, para ele, a “microanálises” (1983, p. 77) culturais e religiosas.

Tal forma analítica de Moura é desenvolvida em “Sociologia do negro brasileiro” (1988). O autor, já ao início, aponta que a “sociologia do negro é [...], mesmo quando escrita por alguns autores

negros, uma sociologia *branca*” em “que há subjacente um conjunto conceitual *branco* aplicado sobre a realidade do negro” (Moura, 1988/2019, p. 32).

Essa sociologia branca, com seu conjunto conceitual branco, é, para Moura (1988/2019), uma expressão da alienação sociológica em vista à relação entre o problema da raça – ou melhor, do racismo – e os aspectos estruturais da formação social brasileira. Essa sociologia branca diz, então, de uma suposta imparcialidade científica fundamentada pela “subserviência do colonizado aos padrões dito científicos das metrópoles dominadoras” (1988/2019, p. 40) ou, em suma, uma “ciência social colonizadora, usada pelo colonizado” (1988/2019, p. 60).

A questão, nesse momento de análise, volta-se novamente ao caráter estrutural que liga dependência econômica e política da sociedade brasileira à dependência científica da *intelligentsia* do Brasil. É no bojo de uma formação social dependente sob as bases do escravismo que o PSB se torna ideologia justificadora do racismo, do branqueamento e da demanda autoritária frente à população negra (Moura, 1988/2019). O autor diz então que

como país de economia reflexa, é evidente que reproduzimos o pensamento do polo metropolitano de forma sistemática, fato que se pode constatar não apenas no que diz respeito à antropologia, de presença bem recente, mas também em nosso pensamento social do passado. Dessa forma, ao colocarmos em discussão os conceitos acima explicitados [sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação], devemos dizer que o *traumatismo de nascimento* não é apenas da antropologia no Brasil, mas do nosso pensamento social de um modo geral, quase todo ele influenciado, em maior ou menor nível, pela ideologia do colonialismo (Moura, 1988/2019, p. 60, grifos nossos).

Trata-se, em síntese, da relação entre ciência e ideologia, que volta a ser analisada por Moura em “As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira” (1990). Ao se debruçar em como parte do pensamento historiográfico brasileiro tratou a questão racial no país, o autor trata a impossibilidade de separação das ideologias no fazer científico da história, haja vista que a realidade com a qual essa ciência se debruça tem raiz e dinamicidade social. E é por essa razão, então, que se volta à necessidade de um fazer científico engajado, nos termos antes apresentados enquanto sociologia da práxis. E, por isso, “o método deverá refletir, portanto, na sua essência, os elementos que constituem o vínculo dos diversos fatos e processos históricos no seu desenvolvimento contraditório e o pensamento do historiador” (Moura, 1990, p. 22).

A análise nessa obra, que passa por diferentes autores do PSB, leva nosso autor a concluir que há, em nossa *intelligentsia*, “intelectuais orgânicos do escravismo ou do capitalismo dependente que o sucedeu, com o objetivo ideológico de barrar as populações oprimidas” (Moura, 1990, p. 216). Ou seja, que diferentemente da defesa de uma suposta imparcialidade, o PSB está subscrito (e subscreeve) ideologicamente às demandas de manutenção dessa estrutura social.

Chegamos, por fim, à “Dialética radical do Brasil negro” (1994), considerado o livro de maturidade de Clóvis Moura (Farias, 2019). Trata-se de outra obra em que Moura busca aplicar a perspectiva da sociologia da práxis ao estudo da formação social brasileira. Do ponto de vista de crítica e proposição metodológica, entretanto, essa obra não traz tantas novidades em relação ao que antes foi

exposto. Mas cabe destacar a continuidade, nesse âmbito, da perspectiva de crítica à “subordinação ideológica” que se expressa na “ciência de semelhanças, de analogias” (Moura, 1994/2021, p. 43). É na busca de romper, então, com essa perspectiva que Moura produzirá sua obra mais importante (Farias, 2019).

Optamos por expor nossos achados acerca da crítica metodológica mouriana de forma cronológica por entender que, apesar das permanências analíticas presentes no conjunto da sua obra (Oliveira, 2009), há desenvolvimentos próprios entre seu livro de entrada no mercado editorial e sua produção de maturidade. Essa análise global da produção mouriana feita por Oliveira, em nossa hipótese, se circunscreve também ao objetivo desse estudo. Entendemos, portanto, que há desenvolvimentos ulteriores, mas que há também, ao menos enquanto gérmen, algumas análises já presentes de início.

Identificamos, nesse sentido, três níveis fundamentais de crítica metodológica que se diferenciam no sentido da abstração operada pelo autor, mas se relacionam na realidade. Em nossos contatos preliminares com a produção mouriana entendíamos que sua crítica se centrava na reprodução de teorias, hipóteses e métodos de outras realidades para a realidade brasileira. Isso, é evidente, continua presente enquanto crítica, por exemplo quando o autor trata do “conjunto conceitual branco” (1988/2019, p. 32). Contudo, a crítica da *primazia teórica em relação à realidade* é, somente, o primeiro nível de abstração de Moura.

Não se trata, em nossa análise, da mera reprodução consciente ou não – que aliás, é historicamente própria das ciências sociais ao buscarem se legitimar enquanto ciência em parâmetros positivistas. Para a compreensão dessa crítica à primazia teórica, Moura chega a um segundo nível de abstração, que é entender como isso é uma forma de ser dos “intelectuais orgânicos do escravismo ou do capitalismo dependente” (1990, p. 216). Presente de maneira mais ou menos constante na produção do autor, esse nível de abstração busca criticar a função ideológica do PSB ao justificar as contradições da nossa realidade, sobretudo a questão do racismo. Ou seja, nesse nível de abstração, Moura parece identificar que há intencionalidade social apologética da sociedade de classes. Ao nosso ver, esse parece ser o nível de abstração mais constante na crítica mouriana, ou pelo menos aquele que ele gasta mais tinta na crítica, buscando explicitar as vinculações entre ciência e ideologia ou o *caráter ideológico da ciência*.

Mas essa crítica ao caráter ideológico da ciência e, especificamente, do PSB, ganha, em alguns momentos esparsos, mais uma determinação: a dependência científica como corolário ou parte da dependência político-econômica. Moura avança em sua análise, ao nosso ver, por compreender que, ainda que se trate da formação de intelectuais orgânicos das sociedades de classe, tal formação existe em primeira instância porque há uma “ciência social colonizadora” (1988/2019, p. 60) que é ideóloga da colonização e, posteriormente, do imperialismo.

Trata-se do que ele apreende como “traumatismo de nascimento” (Moura, 1988/2019, p. 60) do PSB. Numa sociedade que se gesta pela colonização e torna-se, com sua independência política formal, dependente, as ciências sociais são, por isso, também dependentes. Aqui, não se reduz à simples

reprodução da dependência econômico-política, mas do imperialismo científico e da dependência científica como *necessidade* da relação imperialismo-dependência.

Esses três níveis de análise, por isso mesmo, são somente níveis de uma mesma realidade em que se encontra o PSB, que como síntese de nossa análise mouriana, pode ser apreendido como *gestado pela colonização e pelo imperialismo para manter, ideologicamente, a colonização e o imperialismo*. Essa parece ser a contribuição fundamental de Moura à crítica teórico-metodológica.

Considerações finais

Revisitar as contribuições de Clóvis Moura nos parece ser tarefa fundamental para se pensar o Brasil e se pensar os pensamentos sobre o Brasil. Se é nesse movimento, como dissemos anteriormente, que se faz o Pensamento Social Brasileiro, então entendemos a contribuição fundamental do pensamento mouriano. Como buscamos argumentar, as inaugurações analíticas do autor piauiense são indispensáveis, ainda que não suficientes.

Moura é um autor de seu tempo, com as grandezas e as limitações próprias de se fazer pensamento – ou teoria – social. Destacar que o mesmo é autor de seu tempo nos parece importante, nessas considerações finais, justamente porque os temas aqui escolhidos para serem lapidados a partir da contribuição mouriana são ainda caros aos tempos atuais, ainda que com novos matizes, em um cenário de ainda maior e às vezes mais escamoteada influência das relações sociais de produção e reprodução no fazer científico.

Ao passo em que buscamos identificar as contribuições de Moura, ficou nítido para nós que as mesmas não podem ser tomadas como únicas ou canonizadas: talvez não haja nada menos mouriano do que isso. Com um tom ácido, próprio de quem se rebela com a realidade realmente existente, Moura nunca deixou de dialogar, direta ou indiretamente, com os movimentos teóricos de seu tempo – seja com os(as) intelectuais orgânicos(as) do capitalismo dependente, seja com os(as) intelectuais orgânicos(as) da classe trabalhadora.

Por isso, outros(as) pensadores(as) teceram considerações críticas que consideramos próximas às de Moura, ainda que com particularidades e divergências – por exemplo Vânia Bambirra, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Guerreiro Ramos, Aníbal Quijano etc. Identificar tais aproximações nos auxilia a compreender o dinamismo teórico e a demanda pelo contato com a realidade no fazer científico. Assim como esses(as), Clóvis Moura não foi único, mas possibilitou desenvolvimentos críticos importantes.

Dentre esses, gostaríamos de destacar dois pontos de crítica metodológica que sintetizam a obra mouriana. Em primeiro lugar, uma intensa busca de apreender uma totalidade não totalitária – para usarmos a expressão de Carla B. Martins (2021). Clóvis Moura analisou a realidade a partir da perspectiva da totalidade, contudo não incorreu no ainda comum erro de apreender a totalidade como uniforme ou estanque. Ao contrário, operou com uma perspectiva de totalidade dinâmica e contraditória,

apreendendo a dialética das relações sociais – não por acaso, portanto, suas contribuições de crítica metodológica têm esse fundamento, como defendemos.

Em segundo lugar, o dinamismo presente no pensamento mouriano, sob as bases da totalidade não totalitária, o possibilitou apreender e, ao mesmo tempo, construir a práxis ontológica do ser social (Lukács, 2012). É talvez essa a dimensão mais inovadora de Moura na construção de um marxismo vivo, ortodoxo ao método e à perspectiva da revolução social. Moura entendeu a agência e a dinamização social promovida pela população negra – escravizada, aquilombada, livre – e com isso revisou a história de nossa formação social.

Foi, portanto, com base nesses dois pontos que Moura possibilitou a crítica metodológica e empreendeu a proposta de uma sociologia da práxis: as “Ciências Sociais como um instrumento de transformação científica da sociedade” (Moura, 1977/2021, p. 21). Como nos disse, frente às heresias identificadas pelos sociólogos acadêmicos na produção mouriana, mais heresia: as “*heresias* que desejam encontrar explicação, respostas objetivas e soluções para tudo aquilo que o dogmatismo acadêmico não pôde e não poderá responder” (Moura, 1977/2021, p. 22).

Nesse sentido, não se identifica em Moura algum tipo de tratado metodológico manualesco, mas uma série de reflexões sobre o caráter ideológico da ciência diante dos conflitos sociais fundamentais de uma sociedade marcada pela escravização, pela colonização e pela subjugação ao imperialismo. Se as ciências sociais e o pensamento social podem ser ideologia de manutenção da ordem, Clóvis Moura apostou nelas como possibilidade ideológica contra a ordem. É desse modo que deixa seu legado para um marxismo vivo.

Referências:

- AMIN, S. **O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- CAMPOS, G. A.; OLIVEIRA, I. F. Do método marxiano à América Latina: notas metodológicas para apreender a periferia capitalista. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2023.
- FARIAS, M. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Dandara, 2019.
- FARIAS, M. Nota do editor. In: MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. São Paulo: Dandara, 2021.
- FARIAS, M. Nota do editor. In: MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Dandara, 2022.
- IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 55-74, 2000.
- KONDER L. **A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LACERDA JÚNIOR, F. **Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi**. 2010. 394 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

- LÖWY, M. Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LUKÁCS, G. **Para a ontologia do ser social**. Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 155-196, 2009.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, C. B. Totalidade não totalitária: retorno ao método marxista e inflexões da economia política da pena desde o Brasil. In: MARTINS, C. B.; TEIXEIRA, L. E.; SERRA, M. A. S.; MEDRADO, N. R. **Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro**. São Paulo: Dialética, 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MESQUITA, E. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 557-577, 2003.
- MIGLIEVICH, A. Intelectuais e epistemologia crítica latino-americana. **Rassegna Iberistica**, v. 39, n. 105, p. 117-128, 2016.
- MOURA, C. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MOURA, C. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MOURA, C. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- MOURA, C. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Dandara, 2022.
- MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Lech Livraria Editora, 1981.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NOGUEIRA, F. Prefácio. In: MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
- OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, D. Reposicionando conceitualmente o negro brasileiro no olhar de um intelectual negro. In: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, F. N. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 173 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PINTO, S. R. **Pensamento (teoria) social e político latino-americano e caribenho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- ROCHA, G. S. Prefácio. In: MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. São Paulo: Dandara, 2021.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SOUZA, G. O. “Rebeliões da Senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. 2013. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 159-169, 2014.

VIEIRA, C. S. Um rosário de lutas - Clóvis Moura e o centenário da abolição. In: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Notas

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Psicologia pela UFRN (2021). Bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (2018). É membro do Grupo de Pesquisa Marxismo Educação (GPME/UFRN) e do Observatório da População Infanto-Juvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4191121528551962>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7378-9845>. E-mail: gustavodeaguaiarcampos@hotmail.com.

² É interessante destacar que nas diferentes linhagens do Pensamento Social Brasileiro tal questão se apresenta, mesmo que de modos diferentes. Recuperemos, por exemplo, o pensamento liberal, que identificava a necessidade de se implementar, no Estado brasileiro, os fundamentos jurídicos e políticos modernos dos países europeus. Ou mesmo no pensamento conservador, a exemplo de Oliveira Vianna, que criticando a tentativa de transposição dos liberais, apontava para a necessidade de modernização da sociedade brasileira pela via de um Estado autoritário.

³ Não é nossa intenção nos debruçarmos nos porquês desse giro nesse momento, o que fazemos aqui só como hipóteses. Nos parece que um fator decisivo ao giro crítico no cenário nacional brasileiro é que as primeiras décadas da segunda metade do século XX marcam a crise do nacional-desenvolvimentismo, com novas relações sendo constituídas com o capital estrangeiro, que posteriormente desembocará na Ditadura Empresarial-Militar. No âmbito das ciências sociais institucionalizadas, uma das hipóteses do momento histórico desse giro é citada por Brandão (2005). Para o autor, os anos 1950 “representam um notável ponto de inflexão nesse processo de gestação, ou cristalização, das formas de pensar”, no qual há primazia da “sociologia como método de abordagem da realidade” em detrimento da direção intelectual do catolicismo e da literatura como “matriz do modo de ser do intelectual brasileiro”.

⁴ Aqui nos baseamos nas discussões de Lukács (2012) e Marini (2005) acerca da ortodoxia marxista. Para esses autores, o legado fundamental da teoria marxiana é a perspectiva do materialismo histórico-dialético como forma de apreensão e transformação da realidade. Embora Marx não tenha, nunca, produzido um tratado metodológico, suas contribuições acerca da forma de compreensão do modo de produção capitalista são fundamentais à aproximação da compreensão da totalidade social, em sua dinâmica e contradições. Nesse sentido discutimos a importância de um marxismo vivo, no qual a primazia é do real em detrimento das postulações marxianas e das tradições marxistas, embora possamos dizer, em grande medida, que as análises de Marx e Engels continuam fundamentais (Campos; Oliveira, 2023).

⁵ As ideias culturalistas acerca das diferenças e das relações raciais no Brasil ganham força a partir de 1930 com o trabalho de Arthur Ramos (Farias, 2019). Em Moura, sobretudo na obra “Sociologia do negro brasileiro” (1988), o debate gira em torno dos limites explicativos dos conceitos que emergem a partir dos padrões – e trocas – culturais de brancos e negros no país. Apesar de considerar ter relevo acadêmico esses estudos, não são, para ele, explicativos das relações raciais.

⁶ Nossa apropriação da produção mouriana acerca da questão da ideologia carece ainda de algum refinamento, o que também não foi feito na literatura especializada em sua produção. Nossa hipótese é que Moura transita entre definições distintas de ideologia em seus textos, em alguns momentos como falsa consciência, em outros, como ideia que assume uma função social. Ao longo desse trabalho nos fundamentamos na perspectiva lukácsiana de ideologia, ou seja, a noção de que uma ideia ou um conjunto de ideias torna-se veículo teórico e prático diante de um conflito social (Lukács, 2018). Em grande parte das formulações mourianas que trabalhamos nesse texto, parece ser esse o conceito de ideologia utilizado pelo autor, por exemplo quando trata da ideologia do colonialismo como forma de ser, também teórica, do próprio colonialismo; ou quando trata da imagem do “mau cidadão” como “racionalização negativa” (Moura, 1977/2021, p. 64).

Recebido em: 5 de ago. 2025

Aprovado em: 6 de nov. 2025